

A crise e o Plano de Safra (*)

**E
D
I
T
O
R
I
A
L**

Produtores de cana, de café, de laranja e os pecuaristas ainda precisam de apoio, como o dado aos veículos

DUAS OBVEDADES são repetidas todos os dias em comentários sobre a crise financeira global: a primeira é que diferentes setores foram afetados diferentemente, e, em cada setor, as empresas foram também atingidas de maneira diversa; a segunda é que ninguém sabe quando ela vai acabar. Pode-se acrescentar que ninguém sabe como ficarão os limites das atividades financeiras no mundo, depois que a crise tiver terminado.

Apesar disso, são cada vez mais frequentes as opiniões de que o pior já passou, embora não sejam raros os mais pessimistas.

Também parece certo que os países emergentes - entre os quais o Brasil, com um moderno e sólido sistema financeiro - sofrerão menos do que os países desenvolvidos. No nosso caso, há uma ironia: as altas taxas de juros viraram um benefício, porque podem ser reduzidas, ajudando a retomada dos investimentos, enquanto os países com juros civilizados pouco podem fazer nessa rubrica... E o Agronegócio, duramente atingido, vai procurando seus caminhos de saída.

Nos primeiros cinco meses deste ano, os preços agrícolas, em dólar, despencaram em relação ao mesmo período do ano passado. A soja, nosso principal produto de exportação, caiu

13%; as carnes perderam 17,9% do valor; os produtos florestais baixaram 23%; o café caiu 19,4%; os sucos de frutas perderam 12,6%; o Milho, 23,9%; e etanol, 9,7%, e assim por diante.

A exceção foi o açúcar, que teve aumento de 12%, em dólar, graças à queda de produção na Índia, que de exportador passa a importador.

Mas é um doce muito fugaz, porque já no ano que vem aquele país exportará de novo.

Com tudo isso, mais o estreitamento dos mercados externos e mais a redução da oferta de crédito para exportação, o Agronegócio ficou mais dependente do mercado interno, que, felizmente, sofreu menos até agora.

Mesmo assim, a participação do Agronegócio nas exportações brasileiras nos primeiros cinco meses aumentou de 37,5% para 43,4%. Isso mostra que o setor vem aguentando mais a crise do que os outros setores da Economia. Explica-se: as

exportações de soja, graças à demanda chinesa, aumentaram 20% em volume no período, e as de açúcar cresceram 41%. Milho e algodão, em menor proporção, também ajudaram nesse crescimento.

Mas a crise continua: os setores sucroalcooleiro, de frigoríficos de bovinos, de sucos e de café vêm sofrendo bastante. Os plantadores de cana, de café, de laranja e os pecuaristas estão muito descapitalizados, e com preços abaixo dos custos. Haverá nessas áreas,

“O governo lançou, no dia 22 de junho passado, o Plano de safra, com pontos positivos. A oferta de crédito teve crescimento de 37,8%, significativo diante da crise financeira global. A classe média rural foi atendida com aumento ainda maior do que o total, com 42,5%”

EDITORIAL

↳ A crise e o Plano de Safra (*)

■ Página 01 e 02

EVENTOS

■ Página 02

PEQUENAS NOTAS

■ Página 04

FIQUE SABENDO

↳ Aprovado substitutivo da Senadora Katia Abreu que acaba com a simultaneidade do GUT e do GEE

↳ Aprovado projeto de Katia Abreu que estimula prevenção de doença geneticamente determinadas

↳ Frigoríficos ficarão livres de cobrança de PIS e Cofins

■ Páginas 03 e 04

NOTICIA DA CNA

↳ Agronegócio: CNA terá proposta para transição de regime fiscal

■ Páginas 05

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 04/08/09

■ Páginas 05 e 06

Informativo Semanal



Nº 560

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
Lucas Antonio de Sousa Leite - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE
Tom Prado - C.S. Frutucultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/
3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

Continuação

ainda, muitas perdas e uma provável concentração no setor industrial.

O governo lançou, no dia 22 de junho passado, o Plano de safra, com pontos positivos. A oferta de crédito teve crescimento de 37,8%, significativo diante da crise financeira global. A classe média rural foi atendida com aumento ainda maior do que o total, com 42,5%. A preocupação com a sustentabilidade foi evidenciada com o aumento de 50% para programas como a integração lavoura-pecuária, os cuidados com o solo e a adequação às leis ambientais. O cooperativismo foi bem tratado, com R\$ 4 bilhões de crédito, ante R\$ 1 bilhão no ano passado.

Se esse dinheiro chegar ao campo, como se espera, poderemos ter no próximo ano uma boa safra. E, se a crise entre os emergentes diminuir, teremos novos e maiores mercados. Mas os setores mais apertados ainda precisam de apoio forte, como já foi dado à indústria automotiva e à de construção civil.

() Roberto Rodrigues, Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Professor do Departamento de Economia Rural da UNESP*

Eventos

Seminário: O IBRADEP – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Comunicação, Capacitação Profissional e Empresarial estará promovendo nos dias 12 e 13 de agosto de 2009, em São Paulo Capital, no Linson Suite Hotel – Sala Lugano, o Seminário Internacional Protocolo e Cerimonial na Europa e América Latina, evento que tem por objetivo aproximar profissionais, povos e nações. Maiores informações sobre o Seminário poderão ser obtidas através do telefone (11) 4152-8419; telefax (11) 4153-6436 e pelo E-mail ibradep@ibradep.com.br

Exposição: A ExpoGenética – Exposição dos Programas de Melhoramento Genético das Raças Zebuínas, uma realização da ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, realizar-se-á de 16 a 23 de agosto corrente, no Parque Fernando Costa, em Uberaraba/MG. O evento tem como prioridade a apresentação e discussão das tendências do melhoramento genético da pecuária bovina brasileira. Paralelamente serão realizados o 1º Fórum Internacional de Melhoramento Genético Aplicado em Zebuínos, a Mostra de Progênesis, o 2º Encontro Nacional de Controladores de Leite da ABCZ, além de palestras e leilões. Informações sobre a Exposição: E-mail cerimonial@abcz.org.br e fax (34) 3319-3977.

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

O pagamento da contribuição sindical rural é obrigatório e, entre as passíveis sanções, está a cobrança judicial

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Aprovado substitutivo da Senadora Katia Abreu que acaba com a simultaneidade do GUT e do GEE

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado, no dia 4 de agosto, aprovou por unanimidade e, em caráter terminativo, o substitutivo da Senadora Kátia Abreu (DEM/TO) ao Projeto de Lei 202/2005, da Senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), que altera a Lei Agrária (8.629/93) por meio da fixação e do ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. Uma das principais mudanças previstas nesta matéria, que agora segue para a Câmara dos Deputados, é o fim da exigência do produtor rural cumprir, *simultaneamente*, os índices de 80% do Grau de Utilização da Terra (GUT), e de 100% do Grau de Eficiência de Exploração (GEE).

Pela lei agrária hoje em vigor, o produtor deve atender ao GUT e ao GEE ao mesmo tempo para que sua propriedade não seja considerada improdutivo e passível de desapropriação para fins de reforma agrária. Desta forma, comparando duas propriedades rurais, se uma fazenda apresentar GUT inferior a 80%, mesmo com produtividade superior a outra, será considerada improdutivo por não cumprir um dos requisitos. “Se um produtor decidir pela redução da produção e da sua área plantada, por uma questão estratégica de mercado, ele corre o risco de ser desapropriado”, disse a senadora. Ela lembrou que a agropecuária é o único setor da economia que tem índices de produtividade fixados por lei.

Kátia Abreu acrescentou que esta matéria pode “por fim a 16 anos de distorções à Constituição”, uma vez que a lei agrária, que regulamenta o artigo 185 da Constituição, fere o direito de propriedade e a livre iniciativa ao impor a exigência de índices de produtividade. “É uma luta que vem desde a época do Antônio Ernesto de Salvo”, enfatizou a senadora, em referência ao ex-presidente da entidade. Segundo ela, “o artigo prevê que são *insusceptíveis* de desapropriação as pequenas e médias propriedades e as propriedades produtivas, sem condicionantes”. A senadora defendeu, ainda, que o Congresso Nacional tenha a prerrogativa de decidir a questão destes índices.

As quatro emendas apresentadas pela senadora Sherys Silhessarenko (PT/MT) para mudar a redação do projeto foram rejeitadas pela relatora e a proposta da senadora Kátia Abreu foi aprovada na íntegra, pela unanimidade do plenário. Votaram os senadores João Tenório (PSDB/AL), Leomar Quintanilha (PMDB/TO), Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Gilberto Goellner (DEM/MT), Marisa Serrano (PSDB/MS), Gerson Camata (PMDB/ES), Jaime Campos (DEM/MT), Augusto Botelho (PT/RR) e Rosalba Ciarlini (DEM/RN).

Aprovado projeto de Katia Abreu que estimula prevenção de doença geneticamente determinadas

O Projeto de Lei (PLS 109/07) de autoria da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que inclui o aconselhamento genético nas ações de planejamento familiar foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no último dia 5. A intenção é estimular a prevenção de doenças geneticamente determinadas.

Com a nova Lei, consultas de aconselhamento genético e exames laboratoriais para identificar doenças congênitas e genéticas passam a fazer parte do programa de atenção à saúde do homem, da mulher, ou do casal que é oferecido pela rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Hoje, o planejamento familiar é disponibilizado a todas as pessoas com idade reprodutiva. Entre os serviços estão a assistência na concepção e contracepção, pré-natal, parto, controle de doenças sexualmente transmissíveis e prevenção de alguns tipos de câncer.

Já as situações que apresentam necessidade de um aconselhamento genético no pré-natal, são mais específicas. Nos casos de indicação clínica para pessoas com histórico familiar de doenças genéticas, parentesco entre pai e mãe, resultados anormais em exames ultrassom fetais, entre outros.

Existem mais de 8000 doenças de origem genética. Entre elas 1300, como a síndrome de Down, podem ser identificadas pelo exame de sangue. O Brasil já desenvolveu testes específicos para a população brasileira que identificam mais de 1000 mutações genéticas e consegue diagnosticar as doenças associadas a elas. Pela iniciativa da senadora Kátia Abreu mais de 140 milhões de brasileiros, usuários da rede pública de saúde, poderão ser beneficiados.

“Se existir a possibilidade da prole (filhos) ter uma determinada doença genética, o casal pode recorrer a técnicas de reprodução assistidas como, doação de óvulo e esperma. Ou se detectado em avaliação genética a possibilidade de doença futura, a pessoa poderá buscar tratamento de forma preventiva, para impedir ou minimizar os efeitos caso a doença seja inevitável”, explicou a senadora.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e o senador Paulo Paim (PT-RS) parabenizaram a iniciativa da senadora Kátia Abreu pela abrangência social do projeto.

O SUS terá trezentos e sessenta e cinco dias para se adaptar a essas novas exigências, prazo em que a lei entrará em vigor.

PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Frigoríficos ficarão livre de cobrança de PIS e Cofins

O governo vai publicar uma Medida Provisória (MP) mudando o sistema de cobrança das contribuições PIS e Cofins na cadeia produtiva da carne bovina.

A desoneração atingirá todos os elos da cadeia, mas o mais beneficiado será o dos frigoríficos, que ficará livre dessa carga. As alíquotas, somadas, são de 9,25% sobre o faturamento. A informação é de Roberto Giannetti da Fonseca, diretor de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). A medida foi acertada na terça-feira, em reunião entre o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e as indústrias.

Além da suspensão da cobrança de PIS e Cofins nas indústrias de carne bovina, Giannetti informou que o segmento do varejo terá 40% de crédito presumido na entrada dos produtos (hoje o percentual é de 60%), mas fica mantida sua carga normal na saída. O crédito presumido dos exportadores passa de 60% para 50%, mas o setor ganhará liquidez porque poderá realizar compensações de PIS e Cofins com qualquer outro tributo federal.

A estimativa, segundo o diretor-executivo da Abiec, Otávio Cançado, é que esses créditos presumidos somem entre R\$ 600 milhões e R\$ 800 milhões. A liberação dos créditos antigos dos exportadores será negociada, mas os créditos futuros terão liquidez imediata, com pagamento em 90 dias, disse.

É uma minirreforma tributária para o setor. O governo reequilibró a estrutura tributária em toda a cadeia produtiva, afirmou Giannetti. O benefício, segundo ele, estende-se a frigoríficos, pecuaristas, indústrias processadoras e varejo. Na opinião dele, essa estrutura tributária mais racional não vai provocar perdas de arrecadação. Giannetti argumentou que, no mercado de carne bovina, a informalidade chega a, aproximadamente, 30% das 40 milhões de cabeças abatidas em 2008. Além da sonegação, existe também o grave problema do risco sanitário que os consumidores enfrentam.

Com as novas normas que retiram dos frigoríficos a incidência de PIS e Cofins, Giannetti acredita que fica anulada a vantagem do mercado informal. Atualmente, o desequilíbrio existe porque há carga de 9,25% na saída e crédito presumido de 60% na entrada de mercadorias.

Cançado, da Abiec, lembrou que a desoneração no mercado interno era uma reivindicação que o setor vinha fazendo há cinco anos, e disse que a medida é definitiva e não apenas um socorro para o setor. Admitiu, porém, que a crise acelerou a decisão negociada na terça-feira. Além de reduzir a informalidade, a expectativa é que a desoneração diminua os preços da carne no mercado interno. Muitas empresas concorrem com outras que não pagam imposto algum e comercializam um produto sem sanidade e sem qualidade.

A cadeia produtiva da carne bovina, com todos os segmentos, inclusive o do couro, é responsável por 8% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo a Abiec. Somente os frigoríficos empregam, diretamente, 400 mil pessoas no país. Em 2008, as exportações do setor foram de US\$ 5,3 bilhões.

pequenas NOTAS

Desempenho do frango na última semana de julho: A interrupção do longo período de estabilidade do frango vivo, teve continuidade na quarta semana de julho, ocasião em que o produto voltou a perder mais 10 centavos. Assim, o frango vivo comercializado no interior paulista encerrou a semana cotado a R\$1,70/kg, valor 10,52% inferior aos vigentes há 30 dias e há um ano – quando, por sinal, a rota era totalmente oposta à atual. A realidade é que a fase de alta do produto, natural a cada nova entressafra das carnes, desta vez foi prematuramente interrompida. Com isso, o preço médio do mês – R\$1,85/kg – se encontra 2,24% e 1,72% abaixo das médias registradas em julho de 2008 e em junho de 2009, respectivamente.

Brasil é líder mundial em produtividade agropecuária: O crescimento da agropecuária brasileira, no período de 1975 a 2008, foi impulsionado principalmente pela produtividade. As inovações tecnológicas decorrentes da pesquisa foram o principal fator, que contribuiu para esse resultado do setor primário e colocou o País em posição de destaque diante dos seus competidores internacionais na produção de alimentos. As informações constam do estudo elaborado pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O Brasil está na liderança com a maior taxa de crescimento da produtividade, 3,66% ao ano, ressalta um dos autores da pesquisa, José Garcia Gasques, coordenador de Planejamento Estratégico do Mapa. A posição brasileira é seguida pela China (3,2%), Austrália (2,12%) e Estados Unidos (1,95%).

Certificação bovina: A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) anunciou no dia 30 de julho último, que deverá lançar em até 90 dias o Programa de Certificação de Produção Responsável na Cadeia Bovina, com objetivo de garantir a procedência da carne bovina vendida nos supermercados brasileiros. O programa será estruturado pela certificadora suíça SGS e vem na esteira das denúncias do Greenpeace e do Ministério Público Federal do Pará que relacionam o desmatamento na Amazônia à produção de carne bovina. Segundo o Presidente da Abras, Sussumu Honda, Wal-Mart, Carrefour e Pão de Açúcar, além dos frigoríficos Bertin, JBS e Marfrig, já são signatários do programa. “Esperamos uma adesão maior das empresas do setor”, disse Honda.

Agronegócio: CNA terá proposta para transição de regime fiscal

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apresentará em 60 dias sua proposta para o modelo que será adotado durante o processo de transição do regime fiscal dos negócios agrícolas de pessoas físicas para pessoas jurídicas. A Presidente da entidade, Senadora Kátia Abreu (DEM-TO), disse que no modelo atual 90% dos agricultores atuam no mercado como pessoa física. “As mudanças são necessárias porque trarão mais transparência ao setor. A formalização facilitaria o acesso ao crédito, porque os bancos teriam mais informações sobre o agricultor”, afirma.

Mas ela ressalva que este novo modelo, baseado na figura da pessoa jurídica, precisa ser adaptado às condições do setor agrícola, como a desoneração da cadeia da agroindústria nacional.

O documento a ser elaborado por grupo técnico, que reúne representantes da CNA, dos ministérios da Fazenda, Agricultura, Banco Central e da Febraban, será levado para as entidades representativas do setor nas regiões agrícolas. “Depois de seis meses de discussão teremos um documento até setembro. A ideia é que estas propostas sejam discutidas pelas entidades representativas do setor para chegarmos a um modelo comum”, afirma Kátia.

ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

Resumo da reunião de 4 de agosto de 2009

Tema: Pacto das Águas

Palestrante: Dr. Eudoro Santana, Secretário executivo do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



O coordenador Flávio Saboya abriu a reunião dando as boas-vindas a todos e passou imediatamente a palavra ao palestrante, Dr. Eudoro Santana, que iniciou dando a contextualização do Pacto das Águas: nas últimas décadas os Parlamentos estão perdendo espaço; a Constituinte de 88 ratificou como função do executivo, boa parte dos instrumentos de planejamento (orçamento, planos, etc.); o quadro e os papéis institucionais se diversificaram, ficando para outros atores, fatias do papel dos Parlamentos. Esclareceu porém que havia um processo de mudança, existiam novos agentes políticos e acréscimo da qualidade de participação; tinham hoje uma sociedade mais atenta, mais exigente; neste cenário, os Parlamentos buscavam novos caminhos e necessitavam de novas estruturas de apoio. Portanto, apontavam-se outros caminhos para aprofundar a Democracia, fortalecer a Cidadania e promover diálogos para a Construção de Consensos e para isso foi criado em setembro de 2007, o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos era uma nova estrutura de apoio ao Parlamento Cearense, que buscava contribuir na edificação de políticas públicas que gerem soluções sustentáveis, idealizado como instrumento de fomento técnico-científico ao Parlamento,

no planejamento de políticas, e no processo decisório de pautas relevantes ao Estado. O papel do Conselho seria articular os diversos atores sociais, na construção de consensos, em relação aos temas considerados estratégicos ao Estado e reunir inteligências, agrupar e sistematizar informações e conhecimentos, favorecendo a otimização das políticas. Na pauta de trabalho, o primeiro tema escolhido foi a Água, dando origem ao Pacto das Águas, para um diálogo com base a construção de uma visão estratégica sobre recursos hídricos, o compartilhamento de responsabilidades sobre o processo, a participação como instrumento de eficiência em processos e o respeito e fortalecimento das instâncias existentes, ou seja, o Pacto das Águas era um processo de articulação social que vinha trabalhando na busca de: instrumentalizar o Estado, não só as esferas públicas, mas também a sociedade como um todo, de uma visão estratégica e consensual sobre os Recursos Hídricos do Ceará e construir coletivamente um Plano Estratégico fundamentado na pactuação de compromissos, entre os diversos atores envolvidos. Como produto, o cenário dos Recursos Hídricos do Estado – já elaborado e o plano estratégico para os Recursos Hídricos do Estado – em construção. Explicou a estrutura do Pacto das Águas, divididos em núcleos e eixos temáticos: água para beber, água e desenvolvimento, gerenciamento integrado de Recursos Hídricos e convivência com o semiárido, com diálogos estaduais, regionais e locais. Ressaltou que já estava na fase de conclusões sobre o tema Água, ou seja, na fase do plano estratégico (pactuação), mas que haviam realizado 12 oficinas regionais preparatórias, 157 diálogos municipais e 12 seminários regionais, diversas reuniões técnicas e um encontro estadual, para consolidação do planejamento estratégico. Como material produzido: Cartilha “Iniciando o Diálogo”; Documento “Cenário Atual dos Recursos Hídricos do Ceará” (impresso e digital);



Cartilha “*Continuando o Diálogo*”; Documento “Memórias dos Diálogos Municipais e Regionais” e outros benefícios, tais como: maior visibilidade e reconhecimento do Parlamento Cearense como indutor da estruturação de políticas públicas de forma participativa; A formação de uma visão estratégica dos recursos hídricos do Estado entre os diversos atores envolvidos; o maior envolvimento das diversas instituições públicas e privadas com a temática bem como a melhoria na articulação interinstitucional e intersetorial; a discussão para o aperfeiçoamento do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos do Estado; um despertar dos municípios cearenses para a gestão de suas águas. Finalizou colocando-se à disposição para esclarecimentos e forneceu os contatos: Avenida Pontes Vieira, 2391 – sala 107, fone 3277-3743, www.pactodasaguas.al.gov.br .

Debates

O coordenador abriu os debates, dizendo que ficou muito impressionado com a importância do Conselho para o Estado do Ceará e informou que o SENAR poderia contribuir nas capacitações, citando inclusive o Programa Agrinho. O Sr. Cássio Borges foi o primeiro a ter a palavra, fazendo um depoimento sobre as realizações do Dr. Eudoro Santana frente ao DNOCS. O Sr. João Nicélio concordou quanto à falta de integração das políticas públicas e disse que sentiu falta do tema meio-ambiente na apresentação. O Sr. Euvaldo Bringel reafirmou a importância do trabalho coletivo e elogiou a dimensão a que chegou o Pacto das Águas e perguntou quais seriam seus passos seguintes. O Sr. palestrante agradeceu as palavras elogiosas, falou sobre a situação do DNOCS, disse que existem diversas ações em relação ao meio ambiente, e que o Ceará deu o primeiro passo no sentido de criar uma lei específica para convivência com o semiárido e chamou a atenção para o difícil problema cultural que sempre existiu e que a mudança

tinha que passar pela escola. O Sr. Antonio Bezerra Peixoto comentou sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos e a previsão de que fosse atualizado a cada quatro anos, o que nunca havia acontecido e sugeriu iniciar o Pacto da Terra, pelos problemas sociais e econômicos que são ligadas ao mau uso da terra. O Sr. Vitor Hugo chamou atenção para o lado executivo do palestrante, e destacou aspectos importantes na apresentação, tais como: lixo nas bacias versus qualidade da água e o envolvimento do Parlamento na política pública da água. O Sr. Arthur dos Santos Júnior perguntou que sentimento da adoção das políticas resultantes do pacto pelo executivo Estadual. O palestrante respondeu: que a decisão de trabalhar o Pacto da Terra seria do Conselho como um todo (teceu comentários sobre os problemas de falta de titulação de terra em relação à integração de bacias); que houve a participação do Banco do Brasil no Pacto; que não existia uma lei de barragens e estava sendo discutida no Parlamento Nacional; falou de trabalho sobre qualidade da água, realizado pela COGERH durante dois anos. O coordenador disse que o Agropacto estaria sempre à disposição do palestrante, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

